

## **ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011**

----- No dia dezoito do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia, Mário Fonseca e secretariada por Maria de Lurdes Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Interpeção ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo; -----

----- 4 - Informação sobre a situação económico-financeira do Município – Primeiro semestre de 2010; -----

----- 5 – Documentos Previsionais da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – Ano 2011. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Joaquim Almeida Santos, Virginia Luzia dos Santos Monteiro, Joaquim Silva Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Cristóvão Simão de Oliveira Ribeiro, João Carlos Pinto Correia, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, Alberto Oliveira, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, José Augusto Campos Barros, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, António Filipe Cardoso Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília Vieira de Sousa, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal

presidente da Junta de Freguesia de Lodaes, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada (São Miguel), Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Alexandre Abílio Pereira de Melo representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e Mário Fernando Fonseca, num total de quarenta e três membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara, e os senhores vereadores, Leonel Vieira, Pedro Machado, Cristina Moreira, Maria Cândida Barreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O senhor presidente da Assembleia começou por informar que José Augusto Campos Barros substituíu o membro Vanda Sofia de Oliveira Bragança que comunicou uma ausência de quinze dias, Virginia Luzia dos Santos Monteiro substituíu o membro Carlos Manuel Soares Nunes que comunicou uma ausência de nove dias, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira substituíu o membro José Manuel Teixeira Goncalves que comunicou uma ausência por trinta dias e que o presidente da Junta de Freguesia de Silvares estava representado pelo seu representante legal Alexandre Abílio Pereira de Melo. -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «Relativamente à sessão anterior e na sequência de um artigo que saiu no TVS referindo que a Mesa tinha sido benévola com o Dr. Jorge Neto em prolongar-lhe o tempo. Não foi isso que aconteceu. Conhecem-me bem para saber que, habitualmente, não sou muito benévolo, mas para além disso, tento é ser correcto e fazer as coisas direitas. Como sabem o tempo destinado ao Plano e Orçamento é um tempo que se define antes, em reunião prévia dos grupos, a fim de aferir se o tempo que está estipulado no

Regimento chega ou se precisam de mais tempo. O PSD pediu mais tempo, o PS disse que sim, mas não se estipulou quanto. Na última Assembleia o Dr. Jorge Neto podia ter estado aqui quatro ou cinco horas e estava dentro do tempo que a lei lhe permita, uma vez que não foi estipulado tempo, foi-lhe dito que poderia estar mais tempo e ele esteve o tempo que quis. Não foi uma questão de benevolência.» -----

----- De seguida foi posta à discussão a acta da sessão ordinária de dez de Dezembro de dois mil e dez. -----

----- Intervenção do Sr. António Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, eu gostaria apenas só de deixar uma nota em relação à acta. Após a leitura da mesma verifiquei que a minha declaração de voto foi tida como fora do contexto e foi anulada. Sobre isso gostaria de dizer que se tratava de uma declaração de voto à semelhança da declaração de voto de vossa excelência, do mesmo teor das intervenções dos oradores sobre o mesmo ponto em causa, eu gostaria só de dizer o seguinte: o sentido do voto foi favorável como foi assumido e entendi que a anulação de parte da minha declaração de voto, deveria ter uma outra interpretação. Sabendo que os vários oradores, vários intervenientes ao longo de toda Assembleia tiveram a liberdade ou pelo menos aquilo que a lei permite, eu ao ler a acta e ao ler todos os documentos que me chegaram, nesta matéria manifesto o meu descontentamento.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «O senhor sabe perfeitamente que foi falar de uma coisa que nem sequer estava no contexto daquilo que se estava a discutir. E como tal, se for assim, toda a gente vem aqui fazer declarações de voto para falar daquilo que não pode. É uma falta de respeito da parte do senhor perante esta Assembleia. Eu na altura disse que não fazia parte do contexto. A Mesa não pode aceitar um tipo de atitude dessas. Não é nada que o senhor não saiba. Foi errado da sua parte e na altura ficou bem explícito isso. Não pode fazer uma declaração onde fala de outras coisas que não têm nada a ver com a declaração de voto. Eu tenho de manter respeito, ordem e disciplina nesta sala e naquilo que é o trabalho desta Assembleia. O senhor no outro dia reconheceu que se aproveitou da situação para falar.» -----

----- De seguida foi posta à votação a acta que foi aprovada por quarenta e

um votos a favor, uma abstenção do seguinte membro: António Filipe Cardoso Barbosa e um contra do seguinte membro: António de Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, excelentíssimos vereadoras e vereadores, excelentíssimos membros desta Assembleia: a Coligação “Lousada Vida” não pode deixar, hoje, de manifestar publicamente o seu apreço por dois acontecimentos recentes, a inauguração das obras de requalificação da Escola Secundária de Lousada e a abertura da Universidade Sénior de Lousada. O Dr. António Augusto Silva director da Escola Secundária de Lousada merece o reconhecimento público pelo empenho e dedicação que colocou, juntamente com toda a sua comunidade educativa, no sentido de levar a cabo um projecto de valor acrescentado, não só, para todos aqueles que directamente usufruem do espaço escolar mas também para todo o concelho de Lousada. O grupo de lousadenses que partilhou esforços no sentido de concretizar um objectivo por todos há muito reclamado, Universidade Sénior de Lousada, também merece o nosso louvor e reconhecimento. O aparecimento de dois projectos quase em simultâneo, é um acontecimento que a todos deve orgulhar. Esperamos que estes projectos sejam apoiados e acarinhados na medida daquilo que merecem.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e três minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Francisco Mendes presidente da Junta de Freguesia de Barrosas, Santo Estêvão -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, ilustres membros da Assembleia Municipal, excelentíssimo público e senhores representantes da comunicação social. Um facto ocorrido há uns tempos atrás e que diz respeito fundamentalmente a uma freguesia, mas englobando duas, obriga-me a não deixar passar em claro as graves situações que se verificaram. Refiro-me ao

facto de, sem qualquer aviso, ter sido suspensa a distribuição da correspondência a alguns cidadãos de Covas. Estou dentro do assunto por duas razões: primeiro, intervim a pedido de alguns cidadãos de Covas; segundo, numa atitude que não tenho que agradecer, porque a confiança ou se merece ou não se merece, mas que muito sensibilizou, a delegação que fez na minha pessoa o senhor presidente da Câmara. Como disse, sem qualquer aviso, a distribuição de correspondência foi suspensa, o que acarretou gravíssimos problemas para alguns utentes. Cheques extraviados, avisos de consultas que não chegaram ao seu destino, documentos bancários extremamente importantes, tudo isso. Começou tudo por um alegado problema de delimitações de freguesias. Inicialmente julgava-se que era assim, tratou-se de averiguar e chegou-se à conclusão que o problema nada tinha que ver com delimitações. Houve reuniões com a Câmara e com os CTT e quero salientar a posição extraordinariamente correcta da Câmara, tanto do senhor presidente da Câmara como de outros órgãos, e também aqui quero salientar que ninguém tem que agradecer mas que sabe sempre bem, quando se verifica que alguém cumpriu a sua missão. Servir os interesses da população: sempre assim continue. As justificações dadas para uma actuação que eu me dispenso de comentar, porque teria de usar palavras muito pouco simpáticas, à minha maneira, que já me conhecem. Foram várias e de três apresentadas só uma, a última, tinha razão de ser. Começaram os correios locais por se basear numa comunicação recebida e que desde logo afirmei não ter qualquer valor. Numa reunião posteriormente efectuada com outros representantes dos CTT, os próprios reconheceram a invalidade total desse pseudo-documento, e informaram-me, depois de muita insistência da minha parte, que na base da atitude estava a CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal. Também não aceitamos isso. E finalmente porque não desistimos chegou-se á solução correcta, é que era apenas um problema de toponímia. Tinha havido um lapso na Câmara que aceitou dois mapas de toponímia em que um troço da via rodoviária se sobrepunha. Como se isto ainda fosse pouco, verificou-se pelo menos um caso de violação de correspondência. Cartas tendo dentro a tal comunicação que os próprios correios diziam que não valia nada, outras pessoas receberam uma carta a dizer que tinham de mudar a direcção, mas a carta veio para a direcção correcta. A correspondência estava a ser toda devolvida nem sequer ao balcão podia ser levantada e os utentes foram informados que se pagassem uma taxa mensal de sete euros a correspondência era retida e podia ser levantada. Pensei e pensei e cheguei a uma conclusão: eles têm razão, seria para reforçar as

receitas dos CTT, para minimizar um pouco o corte de vencimento ilegal de um administrador ocorrido havia algum tempo. Talvez seja uma fonte de receita que eles queriam ter. Isto é impróprio de uma empresa pública e os correios mais que qualquer outra empresa pública existem para servir os cidadãos, mas infelizmente outras situações há, em que demonstram como funcionam as empresas públicas. Quem assistiu a um programa de televisão intitulado TVI-24 Horas e com o nome de “abutres” chega à conclusão que muito mal vão as empresas públicas em Portugal. Devo dizer que neste momento há dezenas de milhares de portugueses que tiveram conhecimento disso e que se aperceberam do que se passa. Eu próprio apresentei uma queixa na Procuradoria-Geral da República e dirigi-me ao senhor presidente da República. O senhor presidente já teve a amabilidade de dizer algo, é normal, é formal. Da Procuradoria-Geral da República espero resposta. Eu pergunto, para acabar a primeira fase que não quero maçar muito. Onde é que isto vai acabar? O povo o dirá. Afirma-se que o povo é sereno mas não sei se conhecem as chamadas “explosões por simpatia” e a distância nem é muito grande, sabem ao que me quero referir, até porque cada vez mais, infelizmente, somos o país da Europa mais ao norte de África. Queria frisar aqui uma situação respeitante ao assunto que referi: um dos intervenientes na investigação deu a cara e afirmou que tinha mandado um carta dirigida ao senhor primeiro-ministro e a resposta foi, que o agendamento não lhe permitia que fosse recebido. Admito que a razão seja outra, o senhor primeiro-ministro já deveria estar dentro do assunto. Queria apenas terminar dizendo, referindo as “explosões por simpatia”, atenção pois à “navegação”. Um outro aspecto diz respeito à declaração de voto do senhor presidente da Assembleia, com todo o respeito, relativamente à proposta da coligação “Lousada Viva” e no que diz respeito á construção de parques de estacionamento na Estação de caminhos-de-ferro de Caíde e Apeadeiro de Meinedo. Chamou-me à atenção e custa-me a aceitar que a razão do voto contra seja, começar a frase por “ essencialmente porque me parece...”. Votar uma Moção contra ou a favor porque “essencialmente me parece”, não me parece, aqui sim, não me parece correcto, até porque no, próprio direito, na dúvida absolve-se o réu. E em contraposição queria referir o comportamento da intervenção do senhor deputado João Correia, que referiu, podemos concordar ou não, uma questão de oportunidade, embora estando de acordo com a bondade da proposta. Realço esta posição, condeno em absoluto a posição do senhor presidente. Uma abstenção, julgo eu, e face ao que me parece o mais correcto. Eu tenho a certeza que quando estão em causa os

interesses da população, que era o caso, porque acho que fazer processo de intenções não é muito correcto, deve-se despir a camisola partidária. E nesta sala onde a temperatura é tão boa e o senhor presidente é um jovem, de certeza que se despisse a camisola por uns momentos não sofria qualquer resfriado. Parece ter-se tratado de um erro de percurso que não se voltará a repetir, julgo eu, de qualquer modo se houvesse um GPS-político teria muito gosto em oferecer um. Como alternativa, estaremos sempre atentos à navegação para corrigirmos eventuais desvios do rumo correcto.»

-----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos quando deram entrada na Assembleia os seguintes membros: João Edgar presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida, Carlos Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo e Amâncio Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa -----

-----

----- Intervenção do Sr. Mário Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O que eu disse tem uma lógica e penso que o senhor capitão percebe bem isto que eu vou dizer. O que eu quis dizer é que eu não compactuo com tomadas de posição por posições políticas. Quando as pessoas vêm para aqui mais interessadas em fazer valer os interesses do partido ou fazer política do que as reais preocupações, eu voto contra. Eu votei contra não pelo projecto em si, mas porque achava que era uma posição política para “aparecer” do que por outra coisa. E por isso tomei essa atitude, logicamente que o fiz com consciência. Eu não compactuo com aproveitamentos políticos. E as pessoas sabem isso. A minha postura na política foi sempre Lousada à frente de tudo, não tenho partido, o senhor diz para eu deixar a camisola, não deixo porque nunca tive, provavelmente sabe que sou independente. Posso ter as minhas afeições mas sou sobretudo lousadense.» -----

-----

----- De seguida foi apresentada a proposta número dois do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Arnaldo Mesquita, advogado, poeta, ex-membro desta Assembleia e uma referência a nível nacional no combate à ditadura”- -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, digníssimos membros, público e comunicação social. O falecimento no

primeiro dia do corrente ano, com oitenta anos de Arnaldo Pereira de Oliveira Mesquita. Arnaldo Mesquita advogado dos presos políticos, assim era conhecido, militante do PCP – Partido Comunista Português desde mil novecentos e quarenta e nove e membro do sector intelectual do Porto deste partido. Foi membro desta digníssima Assembleia Municipal de Lousada eleito pela FEPU, APU e CDU em representação do PCP seu partido durante sessenta e dois anos. Tendo sempre como objectivo o desenvolvimento do concelho de Lousada profundamente ligado à sua terra natal a freguesia do Torno, foi distinguido com a medalha de mérito Municipal por este município em dois mil e oito. Pertenceu enquanto estudante ao MUD juvenil, tendo participado de forma empenhada em todas as batalhas políticas da oposição democrática até ao 25 de Abril. No combate á ditadura foi preso vinte e quatro meses, em três ocasiões distintas. Foi barbaramente torturado pela PIDE numa das vezes em seis dias e seis noites com a tortura do sono. Chegando a ser julgado no tribunal plenário do Porto após prolongada detenção, tendo sido absolvido em mil novecentos e sessenta. Foi vice-presidente da Ordem dos Advogados e presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos advogados. Foi igualmente membro da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e desenvolveu enquanto advogado, desde mil novecentos e cinquenta e quatro, intensa actividade na defesa de inúmeros presos políticos acusados nos tribunais plenários, tendo sido um dos precursores da garantia de assegurar a presença do advogado nos interrogatórios da policia política PIDE/DGS. Ao perfil de lutador de Arnaldo Mesquita, cidadão activo interveniente nas grandes batalhas cívicas, juntava-se a sua faceta de escritor tendo a Câmara de Lousada apoiado o lançamento das suas obras literárias. Era também assíduo colaborador do Jornal TVS-Terras do Vale do Sousa, onde utilizava a poesia sempre inseparável do seu percurso de lutador na defesa da liberdade e da exigência de uma sociedade mais justa. A morte física não obsta que Arnaldo Mesquita seja sempre recordado pelo povo português e em especial pelo povo de Lousada. A CDU- Coligação democrática de Lousada manifesta o seu pesar pelo falecimento de Arnaldo Mesquita e endereça à sua Família e ao Partido Comunista Português sentidas condolências. Finalizava com uma frase que lhe era tão querida: “25 de Abril sempre! Fascismo nunca mais!”. -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois que foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- Eram vinte e duas horas quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Rocha. -----

----- A proposta número três do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor às atletas Carla Santos, Ana António, Ana Teixeira, Liliana Dias e Joana Valinhas por terem representado a Selecção Nacional de Sub 21, feminino de hóquei de sala e aos atletas João Gonçalves, Helder Gonçalves e Pedro Miguel Sousa por terem representado a Selecção Nacional de Sub 21, masculino de hóquei de sala”-

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número três que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- A proposta número quatro do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa de seniores masculinos de hóquei em sala da Associação Desportiva de Lousada pela conquista do título de tetracampeão nacional” -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número quatro que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos.-----

----- A proposta número cinco do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à nadadora do clube Lousada Século XXI, Joana Silva, por ter batido o recorde nacional juvenil nos 100 e 200 metros costas” -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número cinco que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos.-----

----- A proposta número seis do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor ao atleta lousadense, Pedro Ferreira por ter representado a Selecção Nacional da Federação Nacional de Karate-Portugal na categoria 12-13 anos e ter conquistado a medalha de bronze na modalidade Sanbon kumite no 5º Campeonato Mundial de Karaté”-----

-----, Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta

Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número seis que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos.-----

-----  
----- E a proposta número sete do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do Coronel Augusto Cândido Pinto Coelho Soares de Moura, distinto militar, professor, escritor e investigador da história local”-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número sete que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Como é do conhecimento público até porque existe uma comissão de acompanhamento constituída por membros desta Assembleia a Serra de Campelos na freguesia de Lustosa alberga dois aterros sanitários. Um mais antigo de resíduos sólidos urbanos e um segundo, mais recente, de resíduos industriais não perigosos. Ora o primeiro é um caso raro de longevidade. Em dois mil e quatro, a pouco tempo de terminar o prazo previsto para utilização do mesmo, decidiu-se pela construção do novo alvéolo que permitiria manter em funcionamento o aterro para este continuar a receber os resíduos dos concelhos de Lousada, Felgueiras e Paços de Ferreira. Na época falou-se de um prolongamento de prazo até dois mil e nove, máximo dois mil e dez. Estamos em dois mil e onze e o aterro continua a funcionar. Agora fala-se em dois mil e doze, segundo uma notícia de vinte e nove de Março de dois mil e dez, Jornal TVS, citando o vereador das actividades económicas Dr. Pedro Machado: “ A capacidade do aterro de Lustosa que serve os concelhos de Lousada, Felgueiras e Paços de Ferreira está a chegar ao fim, pois a sua capacidade deverá estar totalmente esgotada em dois mil e doze, ano em que deverá estar construído o novo aterro em Paços de Ferreira que passará a suportar os lixos produzidos pelos três concelhos à semelhança do que acontece com o aterro de Lustosa”. Tem correspondência com a realidade, esta nova data para a selagem do aterro

ou é apenas mais uma data atirada para o ar? Estamos em dois mil e onze e não se vêem quaisquer movimentações em Paços de Ferreira no sentido de se construir um novo aterro, e como tal, a questão é mais que válida e pertinente. O que vai acontecer em dois mil e doze ao aterro de Lustosa? É importante recordar aqui que sempre houve uma série de equívocos relativamente a factos relacionados com aquele aterro e não apenas na questão do seu prazo de vida, aliás, sabe-se hoje que durante bastantes anos, e bastantes aqui não é hipérbole, os lixiviados foram lançados apenas com tratamento primário garantindo-se na época que tudo estava bem. E é verdade, cumpriam a lei que naquele caso era demasiado permissiva, quando no entanto, já havia estudos que apontavam para o grave atentado ambiental dessa prática. Hoje isso já não acontece porque entretanto a lei mudou, mas foram anos e anos em que a população reclamou sem que fosse atendida. Além disso é inegável o cheiro nauseabundo que não raras vezes invade aquela zona. Podem dizer que não é sempre, e é verdade, serão umas dezenas ou centenas de vezes ao ano. Pouca coisa para quem lá reside. Deve-se ainda recordar que o concelho de Lousada na negociação deste processo foi sistematicamente prejudicado porque se aquilo que estava acordado era a rotatividade entre os três concelhos, o facto de o aterro não estar ainda selado prejudica gravemente o concelho. Note-se e saliento isto, que não estamos numa posição radical contra o aterro, muito pelo contrário, estamos isso sim contra uma situação de falta de justiça e de equidade nesta situação no que diz respeito aos outros concelhos. É pois importante que se clarifique o que vai acontecer depois de dois mil e doze. Porque a convivência entre dois aterros sanitários, um sistematicamente na reanimação para não morrer, outro projectado para atingir trinta hectares não será pacífica, com a existência de um centro agro-ambiental englobando a Necrópole que já foi parcialmente destruída pela plantação de eucaliptos e uma zona industrial que até ao momento não passa de uma cidade fantasma.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr.<sup>a</sup> Cláudia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, excelentíssima Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimas e excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimas e excelentíssimos senhores deputados, excelentíssimo público e comunicação social. Quero aqui hoje congratular os vereadores do PSD por terem convidado os deputados da Assembleia da República que a Lousada se deslocaram e

ouviram as nossas dificuldades, nomeadamente numa área que tem sido de mais desvalorizada por este executivo. A área da saúde. No passado dia dezassete de Janeiro os deputados do PSD para Assembleia da República eleitos pelo círculo do Porto vieram a Lousada constatar e reconhecer cinco problemas na área da saúde no sentido de tomar mediadas junto das instâncias superiores com vista à sua resolução. A unidade de saúde de Meinedo tem novas instalações construídas de raiz há mais de um ano mas que ainda não abriram por falta de mobiliário e de conclusão de obras de acesso. Parece que o requerimento apresentado pelos deputados já deu os seus frutos e prevê-se para breve a inauguração das instalações. Esperamos não ter que aguardar pela conclusão das obras de acesso da responsabilidade deste executivo. Ainda em Meinedo foi colocada a questão da inexistência de uma farmácia há cerca de dois anos por transferência para o centro da Vila, a Administração Regional de Saúde e o Infarmed não abrem concurso mas a freguesia cumpre com todos os requisitos e o presidente da Junta tudo tem feito para solucionar esta situação. Face a esta dificuldade os deputados apresentaram requerimento para permitir a abertura de uma farmácia em Meinedo. A unidade de Lustosa continua com umas instalações, permitam-me, vergonhosas, sem dignidade nenhuma, quer para os profissionais e muito menos para os utentes. E os doentes sem médico? Neste momento já são cerca de quatro mil e trezentos utentes e a tendência é para aumentar tendo em conta os diversos pedidos de aposentação por parte dos médicos. Questão essa que já por mim aqui foi levantada nesta Assembleia, se bem se recordam. E entretanto o que foi feito? Que medidas tomou este executivo? Sabemos que não é tarefa fácil captar e arranjar mais médicos mas o que é certo é que não vemos a Câmara de Lousada a fazer nada por isso. Há muitas formas de os captar e os outros concelhos empenham-se muito neste objectivo reunindo com instituições envolvidas fazendo pressão e usando a sua influência junto da ARS e Ministério da Saúde, não se compreende que estando Lousada tão próximo do Porto tenha esta dificuldade. Cabe à Câmara criar sinergias e condições para tornar atractiva a fixação de médicos no nosso concelho. Por último, o resultado da política de saúde do governo do vosso partido. Temos um centro saúde onde coexistem três tipos de utentes, os utentes das unidades de saúde familiar com melhores condições de acesso, os utentes do centro de saúde e os utentes sem médico de família. Isto tudo complementado com uma desmotivação crescente de todos os profissionais de saúde face a toda esta diferenciação. Na última Assembleia a deputada Dr.<sup>a</sup> Branca alertou para a dificuldade de

funcionamento das comissões. De facto algo não está a funcionar, pois em dez comissões existentes, na última Assembleia apenas ouvi a apresentação de actividades de três comissões. Eu que faço parte da Comissão Concelhia de Saúde e por muita vontade que eu tenha de reunir desconheço quem são os outros elementos para eu poder contactá-los e reunir. Por isso e atendendo à sensibilidade para a área da saúde que o senhor presidente da Assembleia tem, por motivos profissionais que todos conhecemos, apelo que pelo menos a primeira convocatória de reunião destas comissões parta desta Assembleia. Estou certa que a visita dos deputados contribuiu para a resolução de alguns problemas de saúde de Lousada e que a inauguração de Meinedo que está à vista é já uma prova disso. É esta a política proactiva e construtiva que a coligação está a fazer por Lousada, ao contrário da imagem que por vezes tentam passar, não dizemos que não é da nossa competência, não sacudimos o capote para o Ministério da Saúde ou noutros casos para a REFER. Não, os problemas são dos lousadenses e por isso tudo temos de fazer para os solucionar.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Mário Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu na verdade fico um bocado estupefacto com algumas coisas, uma delas é dizer-me que por interferência do PSD é que as coisas a vão estar feitas. Olhe que não, as coisas já estavam programadas para ser abertas agora. Um dos motivos pelo que Centro de Saúde de Meinedo ainda não foi aberto é que na verdade havia um muro atrás que podia ruir e levar as pessoas todas inclusive os médicos que já são poucos. Sabe perfeitamente que o problema da falta de médicos não há partido nenhum que consiga ultrapassar isto, porque não os há. A única hipótese que há é contratar empresas, é isso que se está a fazer neste momento. Não há outra viabilidade, porque não há médicos formados, há uma população médica a envelhecer. Eu costumo dar este exemplo, o médico mais novo do centro de saúde de Lousada é o Nuno que deve ter cinquenta e tal anos. Estamos todos “velhinhos”, e pelo menos eu começo a ficar com medo de hoje para a manhã não ter capacidade intelectual para estar a exercer porque é uma profissão que exige bastante de nós. Deixe-me dizer que por aquilo que eu sei e é constado o Centro de Saúde de Lousada é daqueles que funciona melhor apesar de tudo. Em Felgueiras é muito mais complicado, Paços de Ferreira muito mais complicado. É muito bonito vir para aqui mandar bocas, mas realidade é muito diferente. Sabe que por exemplo, Lousada tem o melhor índice do país de natalidade infantil. É o sítio onde morre menos crianças em Portugal. Isso deve-se a quê? Deve-se na verdade ao

esforço dos profissionais de saúde do Centro de Saúde de Lousada. Isso quer dizer que o centro não é tão mau como isso. Esses dados é que são dados reais, se as condições fossem assim tão más! Claro que não são boas mas não são boas no país inteiro. E não há partido, seja o seu ou o nosso que consiga ultrapassar isto. Aquilo que se está a pensar é contratar empresas para assegurar os doentes sem médico, para suprir minimamente as necessidades do concelho. Não é a melhor solução. É evidente que a desmotivação dos profissionais de saúde é muita. É evidente que o centro de saúde tem um centro de saúde para ricos e outro para pobres. Quem vai ao Torrão e que vai ao sector onde eu trabalho que nem uma sala de espera fizeram para os doentes. E acham que os meus doentes, da Irene e do Rui Abreu que totalizam cerca de doze mil doentes, não temos uma sala de espera para os doentes se sentarem. As pessoas que estão na ARS acreditem que não é gente do PS. Se quer que lhe diga que temos muitas dificuldades em trabalhar, também lhe digo que não temos. Tanto médicos como enfermeiros, trabalhamos em qualquer sítio. Aliás eu até propus numa das reuniões que se me pusessem o consultório cá fora, dava a minha sala para os doentes estarem, pelo menos tem ar condicionado. Agora dentro das condições todas eu penso que ainda não estamos tão mal como se quer pensar. Isto é reconhecido pela própria direcção do centro de saúde de Lousada. Sabe perfeitamente isso.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação às questões que nos foram postas. Posso começar por esclarecer a primeira do Dr. António Filipe. Como sabe os municípios que servem o aterro, quando decidiram avançar para esta solução que acabou por ser uma boa solução, resolveu um problema do país. Os municípios adquiriram o espaço para a construção do aterro e até hoje o aterro não ultrapassou as fronteiras daquilo que foi adquirido na altura. Na altura os municípios gastaram na construção daquele aterro cerca de dois milhões de euros, grosso modo. Foi um investimento muito significativo que obrigou a um esforço muito grande quer nosso, quer com os outros três municípios do lado de Penafiel. Penafiel também tem hoje a mesma situação. Quando as dificuldades são muitas para resolver os problemas, procuramos rentabilizar ao máximo aquilo que temos. Quando foi feito o último alvéolo, o prazo de validade estava dependente de um determinado circunstancialismo. Este circunstancialismo ter a ver com todo o processo de recolha selectiva, cada vez mais os nossos municípios têm uma resposta em termos de recolha selectiva determinante e que nos ajuda, sobretudo, a não descarregar no

aterro algo que ia para lá. Prolongou-se desta forma o tempo de vida útil do aterro. Pelas últimas medições que se fez deste alvéolo que está construído, o prazo de validade sem qualquer exagero, pelo menos até ao final de dois mil e treze. Portanto enquanto estivermos nestas circunstâncias vamos procurar ter este princípio devidamente definido, até porque como referiu, e bem, conseguiu-se ultrapassar alguns problemas endémicos, nomeadamente aquela questão dos lixiviados. A questão dos cheiros tem a ver com uma circunstância que é importante, há a necessidade de remover os lixos. É óbvio que aqui também há soluções, o aterro pode ter um sistema, digamos muito mais evoluído para diminuir estas situações. É provável que no futuro aterro isso possa acontecer. O futuro aterro está a ser devidamente monitorizado neste caso pela Ambisousa, pela Associação de Municípios no sentido de encontrar a solução mais consentânea para o problema. Nesse contexto há já soluções que estão a ser implementadas. Eu penso que o princípio da rotatividade está assegurado, não temos qualquer dúvida sobre isso. Estará mais adiantado do que o da zona sul, em Paredes. Nós queríamos todos que fosse Paredes o local de deposição do futuro aterro não foi possível chegar a um entendimento nesse sentido, por razões que não interessa aqui agora explicar. Mas de facto, neste momento Lousada, se eventualmente o aterro tivesse uma situação de rotura, nós tínhamos uma solução, o aterro que está licenciado para resíduos industriais banais pode acolher RSU's, mas neste caso, está bem específico que só seria Lousada a usufruir dessa solução. Nós não queremos ir por aí porque entendemos que da forma como o processo está a ser encaminhado há aqui uma solução que resolve o problema da região. As questões da Dr.<sup>a</sup>. Claudia Lousada. Em relação á questão de Meinedo, dir-lhe-ei que o problema que temos na extensão de saúde de Meinedo foi despoletado por esta Câmara. E a solução foi encontrada nesse contexto. A extensão de Meinedo já estava numa situação muito difícil, a paróquia tinha necessidade de utilizar aquelas instalações e nós numa atitude proactiva, já há uns anos conseguimos encontrar a solução, que me parece bem conseguida de uma forma adequada e correcta. Em relação à disponibilidade da Câmara para resolver o problema de saúde dos meinedenses, é clara, quem deu os passos não foi nenhum deputado do PSD. Nós sabíamos que a extensão tinha a sua conclusão clara, nós fizemos aquilo que tínhamos a fazer no âmbito do protocolo que tínhamos. O acesso foi garantido há muito tempo, ele não funciona por questões de acesso. Há centros e extensões de saúde que às vezes estão anos sem funcionar, este felizmente parece que não vai ter esse problema, pelos vistos a ARS está a

preparar os materiais que são necessários. Não foi pela circunstância dos nossos caros amigos deputados virem aqui que o problema se despoletou. É óbvio que os senhores fizeram o vosso número, a gente percebe isso. Quem está dentro destas coisas já sabe que isto é assim, cada um vai na conversa que vai. A questão da inexistência de farmácia, não sei se quis imputar-nos a circunstância de não existir farmácia. “Quem tem unhas toca guitarra”, nós não temos qualquer responsabilidade na concretização desse tipo de abordagem. Estar a inverter aos factos não sei qual é a perspectiva com que se possa ver a questão. Eu penso que quem veio para Lousada, eventualmente se houvesse condições ou se entendia haver condições podia ter uma farmácia num lado e no outro, acho que podia, não sei. Não sei se era possível ou não. É óbvio que isso depende de quem tutela. A questão da extensão de saúde de Lustosa. Nós nunca falamos nisto porque entendemos e preferimos ver as coisas devidamente salvaguardadas e garantidas do que estarmos a falar de uma forma sem conteúdo e sem segurança. Nós, há muito tempo que verificamos que a extensão de Lustosa tem condições fracas e em consequência disso agilizamos um procedimento com a Junta de Freguesia. Com o espaço que cedemos em tempo à Junta de Freguesia que é a antiga escola, cedemo-la à ARS para montar ali a extensão de saúde de Lustosa. A ARS já lá esteve e estão a trabalhar no assunto no sentido de encontrar a solução nesse contexto. Porque aquele espaço onde funciona agora não tem por onde se lhe pegue e a solução que nós apontamos tem todas as vantagens, está no espaço central, tem estacionamento, tem condições para poder resolver o problema. Esperamos que nesta atitude proactiva de ir de encontro das necessidades da nossa população o problema se resolva por esta via. É isto que nós esperamos e que nós estamos a fazer força. O último encontro que tivemos, estivemos lá há um mês e meio, não foram os senhores deputados que vieram cá descobrir o ouro porque já estava descoberto por quem estava nesta área. Disse que os outros concelhos fazem muito, que vão às ARS discutem, resolvem os problemas. É precisamente o contrário que dizem os nossos colegas. Ainda há dias ouvi dois colegas, vossos companheiros a dizer precisamente o contrário, que bem tentam e não conseguem resolver, nós vamos conseguindo resolver alguma coisa, felizmente, não sei se bem ou mal, fazemos aquilo que é possível fazer. Em relação aos médicos, como diz o Mário, e bem, este problema é muito complicado e difícil. Repetidamente temos chamado atenção da ARS sobre esta matéria e temos a garantia de que estão atentos e vão procurar ajudar a resolver este problema. Nós estamos atentos aos problemas, lembro-lhe que estive estes dias com o

senhor provedor da Misericórdia e ele estava-me a dizer que a Misericórdia vai fazer um protocolo dentro de alguns dias para resolver um problema velho, de anos, em que a Câmara se empenhou e ajudou a resolver. É preciso dizer isto aos nossos concidadãos, não foram os senhores deputados do PSD que vieram levantar essa questão. Nós já estávamos atentos ao problema e vai ser resolvido, felizmente. E no caso em apreço nós temos tido, com sabe, com a Misericórdia um estrito relacionamento que vai permitir resolver outros problemas. Eu espero Dr.<sup>a</sup> Cláudia, só para lhe deixar em rodapé, espero sinceramente, que se este governo cair, com certeza poderá cair, não sei quando, mas se cair a Dr.<sup>a</sup> Cláudia esteja na ARS e consiga resolver estes problemas ou ajudar-nos a resolver. Espero que nessa altura quando lá estiver nos ajude a resolvê-los.» -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Neste ponto não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Eram vinte e duas horas e trinta e dois minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Jorge Manuel Neto. -----

----- TERCEIRO PONTO – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo; -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Hoje é um dia histórico para o associativismo de Lousada. Volvidos mais de vinte anos passam a existir critérios públicos, transparentes e imparciais para atribuição de subsídios de apoio às associações que nas diferentes freguesias do concelho de forma abnegada e voluntaria desenvolvem trabalhos extraordinários de âmbito juvenil, desportivo, cultural e social. Aquilo que sempre foi reclamado, um regulamento municipal de apoio ao associativismo surge finalmente para quebrar com a mendicidade dos dirigentes, muitas vezes imparcialidade de atribuição de subsídio. Não podíamos estar mais de acordo com o aparecimento deste regulamento que reforço uma vez mais, peca apenas por aparecer demasiado tarde. Mas como diz o ditado, “mais vale tarde que nunca” e neste caso “quem espera sempre alcança”, embora o desespero pela espera em muitas associações já

seja muito. Relativamente ao regulamento municipal de apoio ao associativismo apenas algumas sugestões que reconhecemos que não foram apresentadas como deviam na fase pública de consulta mas não deixam de ser apresentadas para que numa rectificação futura possam ser tomadas em consideração. O regulamento abre-se para alguma subjectividade na atribuição dos subsídios até porque não pode prever todas as situações. Atendendo a essa limitação difícil de ultrapassar, porque o é, seria importante que o município definisse esses critérios claros, evidentes rigorosos para abertura de candidaturas que passem por exemplo pela verificação do estado de legalidade das associações candidatas. Isto é possível com a concretização de uma carta de associativismo municipal que passa muito para além da anunciada carta desportiva municipal. Este documento seria um documento dinâmico onde estariam registadas todas as associações do concelho que desenvolvem projectos de interesse e que se candidatam aos apoios da autarquia. Como documento dinâmico competiria às associações actualizarem junto do município alterações dos órgãos directivos sempre que isso acontecesse e também alterações estatutárias. Esta medida permitiria à autarquia ter em cada momento uma ideia clara da realidade associativa concelhia e impulsionaria também uma maior e mais cuidada organização das associações que sabemos que vivem fundamentalmente do bairrismo e voluntariado mas não podem nem devem viver sem um mínimo de organização interna e cumprimentos dos seus próprios estatutos. Esta carta permitiria também que fosse promovida uma discriminação positiva em relação a todas aquelas associações que pelo seu histórico, capacidade de gestão e boas práticas merecessem um reconhecimento diferente. Não abro com isto a porta uma vez mais ao critério da parcialidade na atribuição dos subsídios, pois a proposta seguinte é que a atribuição dos subsídios seja pública como já o é mas que leve em anexo uma breve fundamentação teórica das razões de atribuição de determinado subsídio. Esta medida permite não só a transparência junto daqueles que recebem os subsídios mas também nos critérios de atribuição dos próprios subsídios. É uma medida que cria rigor e permite que se atribuam subsídios, independentemente do valor, a associações que apresentem planos de actividades que acabam muitas vezes por não os executar. É importante que se valorizem todas as associações e não apenas aquelas de âmbito desportivo que por diferentes motivos, é verdade, acabam por merecer mais destaque e visibilidade. Considerando as circunstâncias actuais devem ser consideradas em particular e com particular relevo as associações de apoio social, além disso, não se podem

esquecer as associações culturais que são praticamente inexistentes nas vinte e cinco freguesias do concelho, uma vez que os equipamentos culturais que existem, é verdade que existem, mas estão exclusivamente centrados no centro da vila, Caíde de Rei é uma excepção. A utilização dos equipamentos culturais e desportivos por parte das Associações também deve ser entendida de forma diferente considerando que praticamente nenhuma associação das freguesias do concelho, com excepção uma vez mais para aquelas que estão situadas na vila, utilizam equipamento municipais, possuem equipamentos em estado razoável seria interessante aqui fazer uma comparação com os concelhos vizinhos, tão cara ao executivo, há que considerar que a utilização gratuita ou mais ou menos gratuita desses equipamentos já se constitui como um subsídio de valor bastante considerável, se ouvirem os dirigentes associativos do concelho como certamente ouvirem, rapidamente perceberão que estes têm consciência que nem todos os equipamentos municipais são para todos, e que eles para promoverem uma prática desportiva, cultural ou associativa nas suas freguesias tem de fazer manutenção de equipamentos em estado muitas vezes deplorável, gastando aí todo ou a totalidade dos subsídios que recebem. Termina, como comecei, hoje é um dia histórico para o associativismo em Lousada. Esperamos que este passo iniciado seja efectivamente um passo no sentido do rigor, da verdade, da transparência e da imparcialidade e do apoio a todas as associações.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. António Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «Depois da leitura do documento que me chegou eu revejo que a proposta de regulamento apesar de conter alguma subjectividade tem uma mais-valia e é um passo importantíssimo para algo ainda melhor, contudo gostaria de referir aquilo que repetidas vezes aparece no regulamento “ salvo actividades que considerem de relevante interesse público e de acordo com a disponibilidade da autarquia”, a subjectividade pode estar patente neste aspecto, o “salvo” que aparece repetidas vezes. E o outro momento que eu gostava de destacar em relação ao regulamento é que, os serviços municipais competentes para o efeito acompanham e controlam a execução das candidaturas aprovadas e elaboram os respectivos relatórios de execução. Todos sabem que ao longo das últimas Assembleias eu referi que uma colectividade recebeu uma verba de “ x” para uma determinada obra, obra essa oferecida, que consta em contrato programa.» -----  
-----

----- Interrupção do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Nós estamos a tratar do regulamento, não estamos a tratar de outras coisas. O senhor está a tentar ver se nos leva por palermas ou outra coisa do género, que é o que faz sempre. O senhor limita-se ao que estamos a tratar. -----

----- Intervenção do Sr. António Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «Se o senhor está a ver ao espelho. Eu estou a fazer a minha intervenção se me permite. A subjectividade patente que está no regulamento perante aquilo que eram documentos e que era lei anterior, espero que conduza de facto e na realidade a melhores procedimentos futuros.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: Eu também recebi os documentos em casa, de facto não são volvidos vinte anos que temos estes documentos, são volvidos muitos séculos sobretudo desde que surgiu o “homo sapiens”. Pela primeira vez existe um regulamento e anteriormente já existiu o PSD a governar na Câmara e também não fez nenhum regulamento. Graças a Deus que hoje temos regulamento. E há uma questão que eu vejo que é uma falsa questão, a questão apresentada em reunião de Câmara de atribuir a qualificação de subjectivo a este regulamento, é uma falsa questão, e o PSD tinha de dizer alguma coisa. Obviamente que este regulamento tinha de ser subjectivo porque se fosse puramente objectivo, quem estuda a lei sabe isso perfeitamente, daria origem, a injustiças. Daí que, e eu concordo com as propostas que foram feitas, seja necessário contrabalançar a lei e criar na lei situações que permitam aferir subjectivamente ou seja de sujeito para sujeito aquilo que é necessário aferir. Portanto a crítica para mim, não é crítica, é uma qualidade que estão a apontar à lei. De facto senhor deputado em termos pessoais até concordo com as propostas que fez. Só que lá está, o PSD está sempre um passo atrás, já devia ter sido feito isso.» -----

----- Resposta do senhor presidente da Câmara: «Em relação a esta matéria e todas as questões que foram aqui trazidas, nomeadamente, pelo Dr. António Filipe dir-lhe-ei o seguinte: ao longo de vinte e dois anos creio, passaram “n” executivos, “n” Assembleias Municipais. Portanto, nós em relação a esta situação dos subsídios tivemos sempre algum critério. E aquele que era mais ou menos objectivo e claro, não foi trazido aqui à Assembleia porque na altura era uma situação que escapou, mas se tivesse sido trazido na altura teria sido aprovado por todos, porque era essa a

perspectiva que sempre tivemos das coisas, de atribuir em conformidade com os vários tipos de instituições concelhias e em função das suas actividades, dos seus projectos, atribuir os apoios que efectivamente se entendiam adequados. Eu durante anos sucessivos não ouvi qualquer reparo, mas percebo que neste conceito de alguma subjectividade que tem de haver, que num universo de cento e oito associações que alguns, e isto não é mal nenhum, nem é crime, nem é uma atitude descontextualizada, nem criticável, há sempre alguns que ficam mais ou menos satisfeitos, isso não vale a pena nós termos pretensões. Independentemente deste regulamento e estando aqui outros nossos companheiros futuramente ou nossos colegas que não sejam objecto de reparos claros ao tipo de abordagem que fazem. Nós estamos cientes disso, veja-se o que aconteceu e isto independentemente de clubite, veja-se o que aconteceu com os subsídios atribuídos pela Câmara de Lisboa aqui há uns anos aos clubes de Lisboa para a construção dos estádios e aqui no Porto um deu um processocrime a um autarca que na altura passou pela Câmara e foi quase achincalhado na praça pública e foi absolvido depois. Em Lisboa deram milhões e passou despercebido, estava tudo bem. Portanto quando olhamos à nossa medida percebemos que há quem pense que há aqui situações menos conseguidas. Não foi esse nunca o nosso propósito. Conheço todas as associações do nosso concelho conseguimos a muitas delas dar-lhe a cana para pescar não lhe demos o produto da pesca. Muita gente andou, há exemplo de muita gente que se empenhou e lutou e concretizou os seus propósitos e de facto isto é que me parece o verdadeiro associativismo. Nós temos a sensação que de facto é por esta via que se devem ajudar as associações. Sem com isto querer dizer que aqui e acolá às tantas fomos também ludibriados admito. Admito que isso tenha acontecido, noutras coisas mais rigorosas isso acontece, quanto mais naquele princípio de boa fé que nós sempre assentámos para apoiar. Nunca estivemos aqui com o rigor de ir ao pormenor de ver se de facto o dinheiro foi utilizado daquela forma. Não fomos e não vale a pena estar aqui a dizer que o fizemos. Procuramos ter este princípio de frontalidade e honorabilidade que deve prevalecer neste tipo de relacionamento. Foi isto que sempre procuramos aqui fazer, não tenho sobre isso grandes comentários mais a fazer porque concordo com aquela observação, acho importante esta, de justificar, nós às vezes procuramos justificar àqueles que estão mais descontentes com atribuição de subsídios, mas se for eventualmente acompanhada por uma nota, até acho interessante, porque me parece que pode, poderá eventualmente, eu acredito que não resolve o problema de todo. Admito

que possa no substancial ajudar a perceber o porquê da decisão. Não temos nada a dizer em desabono desse tipo de princípio. E deixe-me só dar nota disto e não é com qualquer sentido crítico: há muitas associações que são desportivas, culturais e recreativas mas há muitas delas que tem outros equipamentos, eu lembro de Figueiras por exemplo que tem duas associações e pujantes os “Águias” tem um auditório que utiliza em actividades culturais, Pias por exemplo, os “Pienses” tem actividades culturais, Torno, há “n” situações. Não sei se reparou, eu sei que vive na vila mas é a sua freguesia de nascença, Lustosa o pavilhão que fizemos no centro escolar tem um palco preparado precisamente para terem actividades culturais. Houve esta preocupação de criar condições para que não só o aspecto desportivo mas também o aspecto cultural esteja aqui presente. Agora, para isso é necessária a dinâmica, há aqui instituições que com certeza tem dinâmica de ordem cultural é de facto uma das virtualidades dos nossos concidadãos. Nessa matéria quando se fala em comparar com os nossos vizinhos. Alguns poderão ter algumas coisas mais mas também nós nesta matéria teremos respostas adequadas a dar, sobre isso não temos de muito a pedir meças, julgamos nós. O senhor presidente da Junta de Caíde de Rei sobre aquela questão do saldo. Eu dir-lhe-ei e enfatiza e às tantas bem, quando diz: “...salvo disponibilidade financeira”, eu não tenho sequer muitas dúvidas sobre isto. Este ano vamos fazer mais um esforço para dotar as associações com apoios. Agora ninguém nos garante que quem vem a seguir não tenha dificuldade. Eu ainda há dias confrontei-me com uma situação na reunião da Associação de Municípios. Uma proposta feita pelo senhor vereador, não foi dito aqui mas eu quero que saibam e aproveito para falar nisso o senhor vereador fez uma proposta a todos os municípios aqui da região e em particular aos senhores vereadores das respectivas Câmaras na área do desporto para que se fizessem de uma forma regular e consentâneos encontros desportivos todos os anos com os seis municípios da região. De forma rotativa este anos começa aqui e Felgueiras fazemos os dois rotativamente num sítio abre e noutra fecha-se. Todos os anos dois a dois serão feitos estes encontros, os nossos colegas aderiram de uma forma entusiástica e isso vem plasmado pelas palavras do senhor presidente da Câmara de Paredes que entendia que este tipo de proposta deve ser aproveitada para outras Actividades, nomeadamente de ordem cultural e outras que devem ser potenciadas e achava a ideia excelente. A região começa-se a construir com estes pequenos passos. Agora só para lhe dar nota disto, na última reunião estava tudo acertado o processo vai para ser formalizado em reunião do conselho executivo da associação municípios e

um dos municípios diz nós não vamos participar. E quem estava, ficaram espantados, porque os custos são muito relativos os prémios são oferecidos pela Ambisousa e pela Associação de Municípios. Os miúdos são recrutados, nós estamos sensivelmente a dez quilómetros uns dos outros não precisam de dormir nem nada, almoçar são pequenas coisas. O senhor vereador procurou contactar esse município por que o responsável não estava e depois deram o dito por não dito houve uma confusão muito grande, o argumento era o dinheiro que iriam gastar. Nos dias de hoje isto é muito importante, aquilo que era banal há dois, três anos arranjar mil, dois mil euros para uma coisa destas nos dias de hoje é preciso ter alguma ponderação. Portanto é necessário termos a certeza de que de que há condições para resolvermos estes problemas. Quando se diz aqui “salvo” é precisamente tendo em conta que pode haver dificuldades a autarquia pode não responder da forma tão generosa quanto seria o desejável. Importa deixar aqui bem expresso isto porque este exemplo que recebemos desta autarquia próxima foi claro sobre esta matéria.» -----

-----  
----- Passou-se de seguida à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo conforme a alínea a) do nº 2 do artº53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro” -----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de cinquenta votos. -----

----- QUARTO PONTO - Informação sobre a situação económico-financeira do Município – Primeiro semestre de 2010; -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Esta informação como sabem é semestral. Eu podia estar ali sentado e não dizer nada até porque esta informação do ROC nem é nada favorável à Câmara e saíamos aqui em beleza. As receitas correntes tiveram uma descida de cinco por cento fruto da descida da taxa de IMI. Se aplicássemos a taxa que vocês propuseram concerteza que a quebra seria maior. Como sabem também as receitas do IMT baixaram consideravelmente em todos os municípios do país e o nosso não fugiu à regra. Sobre as dificuldades de tesouraria é verdade que as houve fruto do atraso de transferências no âmbito do QREN. Em Abril quando votarmos

os documentos de prestação de contas veremos que a situação é bem diferente mais não adianto.» -----

----- QUINTO PONTO – Documentos Previsionais da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – Ano 2011. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos previsionais para o ano 2011 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, conforme estabelece o nº 2 do art. 29º dos estatutos da CIM-TS. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----

----- José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- Não têm direito à senha de presença porque não esteve presente em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão o seguinte membro: Jorge Manuel Neto.-----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade cinquenta votos. -----

----- Eram vinte e três horas e quatro minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_